

Desafios metodológicos da pesquisa em Neurolinguística no início do século XXI

(Methodological challenges of the research in
Neurolinguistics in the beginning of the 21st Century)

Rosana do Carmo Novaes-Pinto¹

¹ Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP)

ronovaes@iel.unicamp.br

Abstract: This article presents a discussion on the issue of methodology in Neurolinguistics, a hybrid field constituted by the theoretical-methodological paradigms of Neurociências and Linguistics. At first we present, critically, the main frameworks of quantitative researches, which reduce the complexity of phenomena in order to postulate abstract models, understood as scientific. On the other hand, the qualitative approaches, commonly seen as non-scientific, focus on individual, singular data, which are characteristics of the real functioning of the linguistic-cognitive system. The discussion also considers the ethics in human sciences researches, closely linked to theoretical and methodological choices made in order to account for the phenomena and, especially, to deal with real subjects.

Keywords: methodology in human sciences; neurolinguistics; qualitative research; ethics in research; aphasia.

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre o tema da metodologia em Neurolinguística, um campo híbrido constituído pelos paradigmas teórico-metodológicos das Neurociências e da Linguística. Primeiramente são apresentados, criticamente, os principais aspectos das pesquisas quantitativas, que reduzem a complexidade dos fenômenos a fim de postular modelos abstratos, entendidos como científicos. Por outro lado, as abordagens qualitativas, geralmente vistas como não-científicas, consideram os dados individuais e singulares como características do funcionamento real do sistema linguístico-cognitivo. A discussão também considera a ética nas pesquisas em ciências humanas, intimamente relacionada às escolhas teóricas e metodológicas feitas para dar conta dos fenômenos e, especialmente, para lidar com sujeitos reais.

Palavras-chave: metodologia em ciências humanas; neurolinguística; pesquisa qualitativa; ética em pesquisa; afasia.

Introdução

A Neurolinguística, como área híbrida, encontra-se em um terreno de enfrentamentos e de conflitos teórico-metodológicos com relação aos paradigmas das ciências que a constituem – as Neurociências e a Linguística. Embora compartilhem do interesse acerca de muitos objetos – dentre os quais a relação entre cérebro, linguagem e cognição – há muitas barreiras que dificultam o diálogo entre esses campos de saber, com destaque para as questões acerca do *método* para abordar os fenômenos linguístico-cognitivos.

A discussão aqui apresentada respalda-se, sobretudo, nas experiências e práticas acumuladas ao longo de quase trinta anos de pesquisas na área, orientadas pela vertente sócio-histórico-cultural acerca do funcionamento cerebral e cognitivo e pela perspectiva

enunciativo-discursiva no estudo das afasias,¹ desde os primeiros trabalhos de Coudry (1986/1988),² que levaram ao desenvolvimento de princípios teórico-metodológicos tanto para conduzir a avaliação de linguagem, como para orientar condutas terapêuticas nas patologias. Nesses estudos, considera-se como central o papel do *sujeito*, aquele que atua sobre os recursos da *língua* para produzir significados, em *enunciados* reais (BAKHTIN, 1929/1997).³ As práticas dialógicas desenvolvidas nos grupos do Centro de Convivência de Afásicos (CCA)⁴ têm como base de funcionamento a *interação* entre afásicos e não-afásicos, os *parceiros da comunicação verbal* (BAKHTIN, 1929/1997).

Para guiar a nossa discussão, serão consideradas nesta reflexão: **i)** questões postuladas por Vygotsky e por outros autores da vertente sócio-histórico-cultural, sintetizando e discutindo criticamente os principais pontos com relação às abordagens quantitativas e qualitativas, à luz do que Foucault (1963/1998) chama de *vontade de verdade de uma época*; **ii)** o conceito de *média-típica*, tal como foi discutido por Canguilhem (1995) e **iii)** questões a respeito da *ética* que guia nossas escolhas teórico-metodológicas nas pesquisas em ciências humanas e no trabalho com sujeitos afásicos.

Sobre o método científico: reflexões críticas de autores da vertente sócio-histórico-cultural

Segundo Vygotsky (1984, p. 74), “a procura de um método torna-se um dos problemas mais importantes de todo empreendimento para a compreensão das formas caracteristicamente humanas de atividade psicológica [...]”. É recorrente, em seus trabalhos, a preocupação com uma metodologia que contemple a dinâmica dos processos envolvidos. O autor faz uma forte crítica aos estudos behavioristas vigentes na sua época, baseados em experimentos com a estrutura do tipo *estímulo-resposta*,⁵ que não poderia servir como base do estudo das formas superiores, especificamente humanas de comportamento. Em suas palavras: “na melhor das hipóteses, ela pode somente nos ajudar a registrar a existência de formas subordinadas, inferiores, as quais não contêm a essência das formas superiores” (VYGOTSKY, 1984, p. 87). Enfatiza que os estudos experimentais formulados pelos psicólogos introspectivos do final do século XIX tratavam dos fenômenos psicológicos mais simples, que poderiam ser interpretados em sua ligação direta e unívoca com agentes externos, portanto com poder limitado de aplicação.

¹ As afasias são alterações de linguagem em decorrência de lesões cerebrais causadas por AVCs, traumatismos crânio-encefálicos, tumores, dentre outras possíveis causas, e podem comprometer tanto os processos de produção quanto de interpretação da linguagem (COUDRY, 1986/1988). Alguns trabalhos também consideram “afasia” alterações decorrentes de lesões difusas (como no caso das demências) ou ainda em casos de epilepsias.

² Optamos por apresentar, com relação aos trabalhos de Coudry, a data da defesa de sua tese (1986) e, em seguida, a data de sua publicação (1988), cujo título é O diário de Narciso: afasia e discurso.

³ Quando as referências constarem de duas datas, a primeira refere-se à publicação original (primeira edição) e a segunda refere-se à edição consultada, como em Bakhtin (1929/1997). Essa opção justifica-se pela relevância da cronologia em que os trabalhos foram publicados pela primeira vez. Nas Referências Bibliográficas, ao final, consta apenas a data da versão consultada.

⁴ O Centro de Convivência de Afásicos (CCA) localiza-se no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/UNICAMP e foi fundado por iniciativa desse instituto e da Faculdade de Ciências Médicas (FCM)/UNICAMP. Atualmente, conta com três grupos constituídos por sujeitos afásicos e não-afásicos.

⁵ Vygotsky (1984) dedica um capítulo à questão metodológica nos estudos sobre o desenvolvimento da linguagem na criança, intitulado Problemas do método.

Um dos princípios metodológicos que devem ser considerados no estudo das funções superiores – como a linguagem – é o de *analisar processos e não objetos*. Somente uma psicologia do desenvolvimento poderia contemplar sua natureza dinâmica e, portanto, os experimentos teriam que refletir tal movimento. Vygotsky defende o método que chama de “desenvolvimento-experimental”, que provoca ou cria artificialmente um processo de desenvolvimento psicológico. Segundo ele, “se substituimos a análise do objeto pela análise do processo, então a tarefa básica da pesquisa obviamente se torna uma reconstrução de cada estágio no desenvolvimento do processo” (VYGOTSKY, 1984, p.71).

Vários autores da vertente sócio-histórico-cultural discutiram criticamente questões relativas aos métodos que centram suas análises sobre objetos estáticos, bem como o tratamento estatístico que valida hipóteses e resultados, o que pode ser compreendido como reflexo de um fenômeno ocorrido de forma geral nas ciências, por influência das correntes positivistas que se iniciaram com Comte, no início do século XIX. O paradigma das ciências naturais passa a ser, num certo sentido, então, imposto às ciências sociais e humanas conferindo-lhes um estatuto de *cientificidade*. Segundo Freitas (1997, p. 45), as ciências humanas, de um modo geral, “passaram a almejar objetividade e neutralidade em direção a um conhecimento positivo da realidade humana. Nessa perspectiva o homem passou a ser encarado como objeto e os fatos sociais como coisas”. Entretanto, diz a autora, fenômenos morais e humanos não podem ser reduzidos a fenômenos físicos e biológicos. A ação humana não pode se prender ao método mecanicista do conhecimento ou ao naturalismo. Na opinião de Freitas, os que negam às ciências humanas o seu caráter científico apoiam-se em uma valorização excessiva dos métodos e dos resultados das ciências naturais, estabelecendo uma fronteira entre o *saber objetivo* destas e o *saber subjetivo* daquelas.

Ainda segundo Freitas (1997, p. 56), em função dos valores emergentes com o estabelecimento do capitalismo no final do século XIX, surge no cenário a concepção de *homem normal*, para distinguir “aquele adequado ao processo de trabalho instruído”, do *homem excepcional*, “aquele cujo trabalho não pode ser convertido em valor de troca”. A Psicologia surge então como ciência nesse período, tendo como finalidade adaptar o homem à nova realidade de trabalho, quando a sociedade criou novos tipos de recrutamento de mão-de-obra, exigindo diagnósticos de aptidões em função de eficiência, por exemplo. A essa nova ciência cabia “elaborar instrumentos precisos de medida para controlar e prever as possibilidades e os limites da percepção humana”. Surgem também, nesse contexto, os testes para mensurar as diferenças individuais, com o objetivo de prover uma organização racional da sociedade, classificando os indivíduos pela aplicação dos testes de escalas de inteligência – testes de idade mental (IM) e de inteligência, como o de “Quociente Intelectual” (QI), cujos resultados serviam – e, de fato, ainda servem – como justificativa para a manutenção da distribuição dos homens também em classes sociais e intelectuais (bons e maus alunos, sujeitos deficientes e normais etc.).

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 3), o estudo dos fenômenos educacionais também sofreu influências positivistas, sendo vistos, durante muito tempo, como fenômenos físicos que pudessem ser isolados para uma análise acurada, “se possível feita em um laboratório” e, preferencialmente, respaldada por estudos quantitativos. Segundo os autores, é possível realizar um estudo analítico, como o da pesquisa experimental. Entretanto, ao fazê-lo, corre-se o risco de reduzir a realidade complexa do fenômeno a um esquema

simplificador de análise, o que pode acarretar o sacrifício do conhecimento da realidade de um determinado fato, em favor da aplicação acurada de um esquema. Os autores afirmam que não se trata de simplesmente descartar o estudo experimental quantitativo. Deve-se, entretanto, reconhecer seus limites e restringir sua aplicação quando se quiser isolar uma variável passível desse tipo de averiguação.⁶

O mesmo fato também ocorre, evidentemente, com a grande maioria dos estudos de fenômenos neuropsicológicos, nos quais as descrições feitas em função de resultados obtidos estatisticamente, a partir da aplicação de baterias de testes, reduzem a complexidade dos fenômenos e geram modelos ou *esquemas* que só se aplicam aos casos *ideais*, ou *idealizados* – que na realidade não existem. Sacks (1997), a esse respeito, afirma que a influência positivista na área teve como consequência o advento de uma ciência neurológica impessoal. Bakhtin (1929/1997) utiliza-se do termo “ficção científica” ao referir-se a alguns modelos linguísticos que seriam adequados para explicar certos aspectos da linguagem, mas que não poderiam de maneira alguma representar o que ele chama de “todo da linguagem”.

Lüdke e André (1986) também chamam a atenção para o fato de que a abordagem quantitativa está ligada à crença numa perfeita separação entre o sujeito da pesquisa, o pesquisador e seu objeto de estudo e que o pesquisador deve manter-se o mais separado possível do objeto que estuda para que suas ideias, valores e preferências não influenciem o ato de conhecer, o que garantiria uma perfeita objetividade – o conhecimento se faria de maneira imediata e transparente aos olhos do pesquisador. Entretanto, estudiosos em educação e em outras ciências humanas perceberam que isso não é possível, pois fatos e dados não se revelam diretamente ao pesquisador. Isto é, este não “os enfrenta desarmado de todos os seus princípios e pressuposições. Ao contrário, é a partir da interrogação que ele faz aos dados, baseada em tudo o que conhece do assunto – portanto, em toda a teoria acumulada a respeito – que esse conhecimento se dá” (LÜDKE; ANDRÉ 1986, p. 4). Também De Lemos (1996)⁷ questiona, a esse respeito: “[...] qual é o custo de eliminar-se o sujeito para descrever o linguístico e o de excluir o linguístico para apreender o sujeito? Ou de apagar o investigador enquanto sujeito às voltas com a fala da criança/sujeito?”.

Perroni (1996), ao criticar a crença nos resultados estatísticos, afirma que a metodologia experimental é a que mais facilmente cai na ilusão da objetividade, pois é baseada numa visão estática da língua, dissociada do homem, que chama de “visão antropofóbica”. Enfatiza que muitos recorrem ao método experimental pelas supostas vantagens que se teria para, primeiramente, obter informações que não poderiam ser obtidas apenas pela observação. Em segundo lugar, pela *replicabilidade*, isto é, o fato de outros pesquisadores poderem aplicar os testes com um grande número de sujeitos, o que levaria à *generalidade*, ou seja, seria possível tomar os sujeitos como representantes de um processo que se desenvolveria de forma uniforme na mente humana.

A respeito da generalidade, Corrêa (1996) afirma que a situação experimental gera resultados que não podem ser, de forma alguma, generalizados para outros sujeitos e outras situações. Há que se considerar que as variáveis controladas num teste interagem

⁶ Citam, por exemplo, o estudo da evasão escolar. Segundo eles, não há melhor meio de se conseguir uma visão geral do problema do que o método quantitativo. Já não poderiam explicar, entretanto, os motivos pelos quais a evasão e a repetência ocorrem, o que demandaria um estudo longitudinal, qualitativo.

⁷ Esta citação de De Lemos encontra-se na capa do livro *O método e o dado nos estudos da linguagem*, organizado por Castro, M. F. (1996).

em situações não-controladas com outras variáveis. Os resultados também podem ser fruto do modo como o sujeito da experimentação lida com a tarefa em questão. A autora defende que, com o objetivo de lidar com os resultados experimentais, e para que esses possam ser incorporados ao desenvolvimento de uma teoria, deve-se ampliar o número de variáveis observadas e suas possíveis interações. Segundo Corrêa (1996, p. 46), “é esse o processo através do qual, tradicionalmente, teorias se ampliam, se ajustam a novos dados, se alteram ou são abandonadas”. Uma alternativa seria a de se ampliar o número de sujeitos envolvidos, para *minimizar* os efeitos da artificialidade do modo como cada um interage com a situação experimental. Uma questão a ser verificada é *quanto* o isolamento e o controle de variáveis descaracterizam o fenômeno investigado. Segundo a autora (CORRÊA, 1996), uma saída para aproximar condições experimentais de situações naturais seria a inserção de enunciados linguísticos em contextos reais, de modo que a utilização de estruturas da língua sejam mais funcionais – estruturas de fato utilizadas em situações dialógicas pelos sujeitos.

Perroni (1996) acredita que o controle das variáveis não significa que se está obtendo um resultado inquestionável, assim como também questiona a relação entre significância estatística e confiabilidade. Segundo a autora, “a noção de porcentagem atestaria a normalidade/normatividade e serviria para estabelecer relações causais, causas estas que anulariam as diferenças individuais e a história [...]” (PERRONI, 1996, p. 25). Já a respeito da relação entre a escolha teórica e a escolha metodológica, afirma que

se as ciências têm-se encantado com o fato de que uma metodologia sólida gerará fatos sólidos, é preciso também reconhecer que a própria opção por uma metodologia é ditada pela teoria abraçada, com todas as suas crenças e pressupostos a respeito da natureza de seu objeto de estudo. (PERRONI, 1996, p. 25)

Essas premissas atuam sobre as decisões que vão definir desde a coleta de dados até a interpretação ou análise. Nos estudos empiristas, os fatos são anteriores às teorias que, por sua vez, seriam desenvolvidas para explicá-los. A autora lembra que uma das conquistas da Filosofia da Ciência consiste no debate sobre os papéis que os elementos intelectuais (conceituais), como as abstrações e terminologias criadas pelos cientistas, têm na interpretação dos fenômenos.

Uma reação contrária à hegemonia do chamado *método científico* foi a opção pelos estudos observacionais, qualitativos, que ganharam força em meados da década de setenta. Na área de aquisição de linguagem, tal mudança de posição está relacionada à incorporação de aspectos pragmáticos e discursivos nas análises linguísticas. Houve também a diminuição da quantidade de sujeitos analisados nos estudos e estes passaram a ser, predominantemente, longitudinais. Foram criticados justamente nesse ponto por pesquisadores que acreditam que dados obtidos em estudos observacionais sejam incompletos e assistemáticos. Em outras palavras, muitos estudiosos pensam que seja impossível, por meio desse método, inferir a respeito da competência linguística de uma criança, já que os dados estariam relacionados a uma “mera *performance*”. Dentre as abordagens surgidas, duas posições foram adotadas: a primeira consistia em focalizar a produção da criança, isolada da produção do adulto; a segunda, em analisar a relação entre a fala da criança e seu interlocutor, sendo esta última desenvolvida sob a inspiração do sócio-interacionismo, cujo principal representante é Vygotsky. As vantagens dessa segunda posição são

ressaltadas por Perroni (1996), em primeiro lugar, porque a *qualidade* substitui a *quantidade*, permitindo uma análise detalhada e mais completa do *processo* de desenvolvimento, em vez de descrever apenas produtos estáticos; permitem, ainda, que as *categorias* emergjam dos dados, em vez de serem impostas a eles e também recuperar a história do dado, por meio da descrição de suas condições de produção, o que permite identificar a constituição histórica do sentido.

Para concluir a reflexão realizada neste item, passamos a nos referir ao trabalho de Abaurre (1996) acerca do método, principalmente quando a autora problematiza a relação entre sujeito e linguagem nas teorias. Em suas palavras: “como linguista, interessa-me compreender a relação sujeito/linguagem, já que me parece parcial, reducionista e inadequada qualquer teoria da linguagem que a toma como objeto pronto e acabado, fora dos sujeitos” (ABAURRE, 1996, p. 123). A autora questiona, ainda, se de fato a teoria linguística estaria interessada em compreender/explicar essa relação. Além de um conceito de *linguagem* adequado, passa a ser fundamental dispor também de um conceito de *sujeito* compatível, tanto do ponto de vista teórico como filosófico. Não se trata do sujeito psicológico chomskyano, que não permite explorar teoricamente os dados singulares e nem reconhece o papel do interlocutor *fisicamente presente ou representado* como mediador da relação entre o sujeito e sua linguagem. Para a autora, a discussão sobre o papel do *outro* é essencial para a compreensão do dado singular. Essas variáveis são excluídas na abordagem cientificista da linguagem, como enfatiza na seguinte passagem:

Ao inaugurar a abordagem dita ‘científica’ da linguagem, com ênfase em descrições orientadas para a busca das estruturas que subjazem aos enunciados, passou a lingüística a preocupar-se com a constituição dos corpora adequados à aplicação de procedimentos de descoberta que, associados a rígidos princípios metodológicos, garantiam, por assim dizer, a revelação das regularidades dos comportamentos lingüísticos sistemáticos, ocultos nos dados. (ABAURRE, 1996, p. 114)

Abaurre salienta a importância dos estudos de Saussure, cruciais para a formulação de um programa metodológico para a Linguística e reconhece que sua postura foi “saudavelmente dialética”, pois o conceito de *langue* não sobreviveria sem o de *parole* — espaço do assistemático, do idiossincrático e do variável (ABAURRE, 1996, p. 114). A autora acha que é natural que os *novos linguistas* privilegiassem a *langue* em seus estudos. Entretanto, após quase um século, Abaurre enfatiza que precisamos “reler Saussure com nossas dúvidas de linguistas modernos” (ABAURRE, 1996, p.114). Ainda não conseguimos atribuir com segurança, diz ela, um valor teórico aos dados lingüísticos episódicos e assistemáticos e precisamos enfrentar os dados da *parole* para que não continuemos a vê-los como *residuais* ou *secundários*. Afirmar que, como teóricos da linguagem, não sabemos ainda muito bem que implicações tirar, para a teoria da linguagem, de dados que incluam hesitações, indícios de manipulação e reelaboração, que são “marcas inequívocas da presença de um sujeito da e na linguagem e, mais ainda, registros, ainda que fugazes, de uma relação desse sujeito com a linguagem, na qual, de certa forma, encontra-se inexoravelmente enredado” (ABAURRE, 1996, p. 119).

Concluindo a respeito do *sujeito sociológico saussureano* e do *sujeito psicológico chomskyano*, Abaurre afirma que nenhum dos dois satisfaz a natureza do sujeito que se constitui pela linguagem, sendo esta tomada como atividade. A seguir, passo a tratar de

questões acerca da metodologia no campo de estudos da Neurolinguística, enfatizando os estudos de orientação enunciativo-discursiva.

O método nas pesquisas em Neurolinguística

Coudry, desde a publicação de *O diário de Narciso: discurso e afasia*, em 1988,⁸ tem criticado a redução que se faz dos fenômenos linguísticos para favorecer modelos teóricos abstratos, formulados a partir do *método científico*. As análises são centradas nos recursos do sistema formal da língua (fonemas, palavras, orações) e os resultados são validados estatisticamente, passando a se constituir como parâmetros para outras populações, praticamente sem qualquer adaptação cultural. São descartadas as condições de produção dos enunciados – como fatores pragmáticos e discursivos – bem como as variações individuais, próprias do funcionamento linguístico-cognitivo. A “higienização” da linguagem, que elimina todas as marcas de subjetividade, se dá em nome da cientificidade no campo de saber.

Seguindo os princípios da psicometria, a neuropsicologia e a neurolinguística tradicionais desenvolveram baterias de testes que se constituíram como instrumento dominante de avaliação linguístico-cognitiva, resultando em tabelas estatísticas, escalas diagnósticas, grupos-controle, produzidos para redundar em uma taxonomia das afasias. A autora afirma que, para a elaboração dessas baterias de testes, nem mesmo o estruturalismo linguístico foi acionado para a reflexão teórica, como, por exemplo, os estudos de Jakobson (1954) sobre as afasias. A respeito do alcance dessas tarefas metalinguísticas, Coudry afirma que:

O sucesso ou insucesso do afásico em um ou mais desses testes serve como critério de classificação do tipo de afasia que o sujeito porta. [...] Apesar das correlações estatísticas que se podem estabelecer no estudo empírico entre tais sintomas e determinados tipos de lesão cortical, deve-se advertir para os cuidados que merecem tais procedimentos classificatórios. É claro que para certos propósitos, os testes servem ao diagnóstico tipológico, mas talvez só ao diagnóstico. O fato de um sintoma ou um conjunto de sintomas permitirem uma classificação correta não assegura a via explicativa do fenômeno descrito. Observando os resultados dos sujeitos em tarefas específicas não se têm as indicações relevantes para a compreensão dos processos envolvidos e, conseqüentemente, não se têm pistas para a reelaboração de suas dificuldades. (COUDRY, 1986/1988, p. 9)

A mudança de paradigma proposto pela neurolinguística de orientação enunciativo-discursiva, em relação aos estudos afasiológicos tradicionais, contribuiu decisivamente para uma melhor compreensão do funcionamento da linguagem, ao incorporar aspectos pragmáticos e discursivos no estudo das alterações de linguagem, nas afasias e em outras patologias, influenciando substancialmente as práticas clínicas – avaliação e acompanhamento terapêutico – em vários centros acadêmicos e/ou clínicas de fonoaudiologia no país. Grande parte das reflexões teóricas e metodológicas tem sua origem na realização de estudos longitudinais de casos, que dão visibilidade aos efeitos dessa abordagem, pois permitem comparar qualitativamente as dificuldades dos sujeitos no início do acompanhamento e ao longo do processo, avaliando o desenvolvimento de estratégias alternativas de significação que permitem a eles voltar a participar do jogo da linguagem (COUDRY, 1986/1988).

⁸ O livro resultou de sua tese de doutorado, defendida em 1986.

Antes de tratar do conceito de *média típica*, discutido por Canguilhem (1943/1995), apresento o cenário dessas discussões acerca da metodologia, relacionando-o àquilo que Foucault chama de “a vontade de verdade” de uma época (FOUCAULT, 1963/1998).

Foucault: o conceito de *vontade de verdade* e a metodologia científica

A “vontade de verdade”, segundo Foucault (1963/1998), varia em cada uma das épocas da história do desenvolvimento de uma ciência e explica, desde a Grécia antiga, a necessidade de classificação dos fenômenos patológicos em categorias distintas, a crença dos nominalistas, o trabalho dos localizacionistas do século XIX, dentre tantos outros. O autor afirma que a mudança do discurso, em cada época, está relacionada ao fato de que as “coisas” e as “palavras” ainda não se separaram, “onde, ao nível da linguagem, modo de ver e modo de dizer ainda se pertencem”.⁹

Foucault relaciona o nosso modo de *ver* e de *dizer* os fenômenos clínicos, atualmente, ao nascimento da medicina moderna, que apresenta uma mudança de estilo no discurso médico, em relação aos períodos anteriores, influenciada pelo olhar positivista que lançou sobre os fenômenos clínicos observados e sobre suas descrições. A origem da positividade da medicina está relacionada à questão acima. No início do século XIX, os médicos descreveram o que, durante séculos, “permaneceu abaixo do limiar do visível e do enunciável”, não porque comesçassem a ver e a escutar mais a razão que a emoção, afirma o autor, mas porque a relação entre o visível e o invisível – necessária a todo saber concreto – mudou de estrutura “e fez aparecer sob o olhar e na linguagem o que se encontrava aquém e além de seu domínio. Entre as palavras e as coisas se estabeleceu uma nova aliança fazendo ver e dizer [...]” (FOUCAULT, 1963/1998, p. XIII). Segundo o autor, as novas experiências médicas que permitiam *ver* com maior clareza aspectos da estrutura orgânica das coisas e dos homens e as técnicas que lhes permitiam maior percepção deixaram para trás o Iluminismo em direção ao discurso racional. O papel da linguagem, nesse universo, afirma Foucault (1963/1998), era o de autorizar um saber que não fosse simplesmente de tipo histórico ou estético, enfim, uma linguagem também racional. O homem passa a ser também objeto de estudo sobre o qual se pode fazer um discurso de estrutura científica.

Trazendo essa discussão já para o século XX, a chamada “década do cérebro” (1991 a 2000) possibilitou um avanço sem precedentes no seu conhecimento científico. Segundo Damásio (1997, p. 178), as descobertas ajudaram a esclarecer e a transformar a visão clássica a respeito do funcionamento cerebral, confirmando que diversas áreas do córtex esquerdo, fora das áreas clássicas de linguagem, estão ativamente comprometidas em tarefas linguísticas. Com a utilização da ressonância magnética e de reconstruções tridimensionais *in vivo*, o estudo das lesões permitiu uma nova onda de experimentos cognitivos. O autor afirma que os resultados “have unequivocally shown that processing language is not dependent on Wernicke and Broca areas alone, but rather is the job of many sites linked as systems and working in concert” (DAMÁSIO, 1997, p. 178).

⁹ Foucault (1963/1998, p. IX) questiona em que sentido muitas das metáforas utilizadas mais recentemente no discurso científico têm mais objetividade do que aquelas utilizadas em períodos anteriores. Como exemplo, cita a descrição que Pomme fez das membranas, no século XVIII, como “pergaminhos molhados”, e as de Bayle, cem anos depois, como “películas de clara de ovo espalhadas sobre os invólucros do cérebro”. O autor questiona em que sentido se pode dizer que a segunda descrição represente um discurso racional.

Ao contrário das primitivas técnicas utilizadas no século XIX, por Gall e seus seguidores, que apalpavam os cérebros dos pacientes nas autópsias a fim de descobrir protuberâncias ou lesões que justificassem o estabelecimento de seus mapas frenológicos, a utilização da neuroimagem funcional se estabelece no século XXI como o instrumento mais respeitado para revelar *verdades* acerca do funcionamento cerebral.

Apesar de todo o avanço tecnológico, Luria afirmou que as abordagens das afasias no final do século XX não diferiam significativamente daquelas descritas pelos neurologistas clássicos. Segundo o autor, os conceitos básicos continuam sendo usados, sem mudanças significativas nas clínicas neurológicas modernas e “although no one now takes the idea of separate centers of higher mental functions and their inter-connexions seriously, no real attempts have been made to revise these tenets of classical neurology” (LURIA, 1977, p. 67). O autor afirma que questões relativas ao *working brain* – ao cérebro em ação – estão ainda por desejar melhor tratamento teórico.

Damáσιο (1997), no artigo em que sintetiza o avanço obtido nas pesquisas na década do cérebro, ressalta que as descobertas não podem ainda explicar a maior parte das variações individuais *entre sujeitos* e as variações observadas na produção de *um mesmo sujeito*, nem sua relação com os fatores sociais, históricos e culturais que são constitutivos da linguagem e da cognição humana.

Essa crítica de Damásio, como vimos argumentado em trabalhos anteriores,¹⁰ deve-se a um descompasso entre postulados teóricos e escolhas metodológicas, nos estudos neuropsicológicos e neurolinguísticos tradicionais. Ao mesmo tempo em que se busca compreender o cérebro em ação e o funcionamento real da linguagem, são utilizados exclusivamente instrumentos artificiais como os testes metalinguísticos.

Na busca de caminhos para lidar com paradoxos como estes, deparamo-nos com o conceito de *média-típica*, discutido por Canguilhem (1943/1995), que parece apontar para um equilíbrio necessário entre análises quantitativas e qualitativas de forma complementar – o que era almejado por Vygotsky. Este conceito é sintetizado a seguir.

Canguilhem e o conceito de *média típica*

Segundo Canguilhem (1943/1995), a doença é a perturbação de um equilíbrio, de uma harmonia. Não está em uma *parte* do homem, mas sim em *todo* o homem. Segundo ele, o *equilíbrio* é capaz de suportar variações e oscilações: “A doença não é somente desequilíbrio ou desarmonia; ela é também – e, talvez, sobretudo – o esforço que a natureza exerce no homem para obter um novo equilíbrio” (CANGUILHEM, 1943/1995, p. 19).

A respeito do percurso dos estudos da relação entre normal e patológico, Canguilhem afirma que

essa evolução resultou na formação de uma teoria das relações entre o normal e o patológico, segundo a qual os fenômenos patológicos nos organismos vivos nada mais são que variações *quantitativas*, para mais ou para menos, dos fenômenos fisiológicos correspondentes (1943/1995, p. 9).

¹⁰ Novaes-Pinto (1999; 2002; 2007a; 2007b; 2008; 2009) e Novaes-Pinto e Santana (2009, a,b).

Entretanto, adverte que não se pode confundir *causa* e *efeito*, pois a causa pode variar *quantitativamente* e de *modo contínuo*, mas pode provocar efeitos *qualitativamente* diferentes. Afirmar que os conceitos de *excesso* ou *falta* são estabelecidos em relação a uma medida considerada válida e desejável – e, portanto, em relação a uma norma, um ideal de perfeição.

Para Canguilhem (1943/1995), seria mais adequado tratar da relação entre o normal e o patológico com a adoção de um conceito qualitativo – o de *alteração* - vinculado às noções de *homogeneidade* e de *continuidade*. Esta segunda noção não assume que normal e patológico sejam coincidentes e tampouco formas opostas.

Bernard (1937 apud CANGUILHEM, 1943/1995, p. 48) critica a definição de *média*, tal como entendida pelos fisiologistas da época para descrever conceitos puramente biológicos e que servia para validar resultados como científicos, pelo critério da objetividade. Segundo ele, “a utilização das médias faz desaparecer o caráter essencialmente oscilatório e rítmico do fenômeno biológico funcional”, sendo que o resultado obtido pode muitas vezes levar a “precisamente um número falso”. Em suas palavras: “Em fisiologia, não se deve jamais apresentar descrições médias de experiências, porque as verdadeiras relações dos fenômenos desaparecem nessa média”, e, mais adiante, o autor complementa:

quando estamos diante de experiências complexas e variáveis, devemos estudar as diversas circunstâncias em que elas se processam e, em seguida, apresentar a experiência mais perfeita como *tipo*, tipo porém que representará, sempre, um fato verdadeiro. (BERNARD, 1937, apud CANGUILHEM, 1943/1995, p. 118)

Canguilhem ainda questiona o fato de se comparar um indivíduo a um modelo; isto é, destaca também limites para o conceito de média típica, pois “o modelo é, na realidade, produto de uma estatística. Geralmente, é o resultado de cálculos de médias”. Segundo o autor, os indivíduos reais que encontramos se afastam desse modelo, e “é precisamente nisto que consiste sua individualidade. [...] A estatística não fornece nenhum meio para decidir se o desvio é normal ou anormal e a delimitação em torno da “média” permanece arbitrária” (grifos meus, CANGUILHEM, 1943/1995, p. 120). Entretanto, ao refletir sobre as proposições de Quételet (1871, apud CANGUILHEM, 1943/1995), Canguilhem afirma que trabalhando com o conceito de “média típica”, diferentemente da “média aritmética”, é possível se chegar a um conceito de “homem médio”, que não é absolutamente um “homem impossível”.

A reflexão feita por Canguilhem, sintetizada neste trabalho em alguns dos seus principais pontos, tem nos ajudado a refletir sobre a questão da metodologia nos estudos neurolinguísticos. Os limites dos instrumentos empregados na nossa área de estudos devem ser analisados criticamente e um dos *postos de observação* para fundamentar a crítica é, sem dúvida, o da Linguística. Entretanto, não podemos desconsiderar que muitos de nossos trabalhos são também criticados por se limitarem às análises qualitativas e pela ausência de experimentos “controlados”. Discutir questões relacionadas ao método, nesse contexto, ainda se constitui como um desafio a ser enfrentado na nossa área de estudos.

Aspectos éticos das pesquisas e sua relação com as escolhas metodológicas

Em trabalhos anteriores,¹¹ procuramos salientar como muitos dos conceitos postulados por Bakhtin (1929/1997) podem ser mobilizados para abordar questões relativas às alterações de linguagem nas patologias, pois ultrapassam os limites dos modelos teóricos e abstratos. Dentre esses conceitos, destacamos os de *enunciado*, *acabamento*, *querer-dizer* (ou *intuito discursivo*), *excedente de visão*, *compreensão ativo-responsiva*, *dialogia* e *interação*.

Mais recentemente, temos buscado compreender a complexidade do conceito de *ato ético* e *responsável* (BAKHTIN, 2010; SOBRAL, 2005; FARACO, 2009). Tal interesse não se justifica, evidentemente, por sua *aplicação direta* em alguma instância de análise, mas porque o conceito sintetiza uma postura com relação ao *agir* na vida, que abrange também nossas atividades de docência e nas pesquisas; as escolhas teórico-metodológicas que devemos fazer – de modo responsável – o tempo todo.

Tais questões, de natureza ético-filosóficas, são inspiradas por vários autores de vertentes sócio-histórico-culturais, com destaque para as produções do Círculo de Bakhtin, desde o início da década de vinte do século XX. Os primeiros escritos desse autor, segundo Faraco (2009), pautaram toda a sua obra, sobretudo as reflexões sobre linguagem, dialogia, alteridade e *ética*.

Segundo Bakhtin (2010), cada sujeito é responsável e responde (deve responder) pelos seus atos. A ética é um conjunto de obrigações e deveres concretos, sendo que o ato de pensar é o mais fundamental compromisso humano. Essa afirmação, sem dúvida, nos move; desloca-nos de posições possivelmente mais cômodas. Nesse sentido, podemos afirmar que “acomodar-se” em uma forma de pensar, repetindo o que se faz numa certa abordagem teórico-metodológica, ou porque é mais aceita numa comunidade científica, ou porque tem mais prestígio – não pode ser considerado *ético*, nem tampouco *responsável*.

Sobral (2005), quando se refere à ética na pesquisa em ciências humanas, tendo a teoria bakhtiniana como base, afirma que o empreendimento teórico que esquece as especificidades do objeto, sua singularidade, sua inserção particular é *teoreticista* e *absolutista*. Nas palavras do autor, “um trabalho que propõe encerrar o objeto na camisa-de-força da teoria, ou das limitações do pesquisador, não é propriamente pesquisa, mas prática relativista que só vê no espelho do outro aquilo que ele mesmo lá inseriu” (SOBRAL, 2005, p. 115).

A neuropsicologia e a neurolinguística tradicionais podem ser tomadas como bons exemplos do que o autor chama de postura *teoreticista*, uma vez que descartam das análises justamente as singularidades, o sujeito, o individual, em nome de modelos generalizantes, abstratos. A linguagem é reduzida a unidades da “língua”, como *palavras* e *orações*, que também passam a ser centrais no trabalho terapêutico.¹² Higienizam-se os dados para corroborar modelos que, segundo Sacks (1997, p. 103), representam uma *neurologia mecanicista*, essencialmente concebida como *um sistema de capacidades e conexões*. Segundo o autor, torna-se necessário desenvolver uma teoria que se estabeleça

¹¹ Ver nota 10, a esse respeito.

¹² Essas unidades estão na base da formulação da maioria das baterias de testes neuropsicológicos para a avaliação de linguagem e também de manuais formulados para acompanhamentos terapêuticos e são compostas por tarefas como repetir, completar, copiar; geralmente descontextualizadas e sem relação com o uso efetivo da linguagem (COUDRY, 1986/1988; NOVAES-PINTO, 1999; 2002; 2007a; 2007b; 2008; 2009).

a partir de princípios novos, pois “nossa concepção do sistema nervoso – como uma espécie de máquina ou computador – é radicalmente inadequada e precisa ser suplementada por conceitos mais dinâmicos, mais vivos” (SACKS, 1997, p. 103).

A ciência orienta-se por modelos idealizados (como já foi discutido nos tópicos anteriores). Nela, o *normal* tem como parâmetro o *ideal*. Sacks (1997, p. 18)¹³ afirma que “a neurologia clássica está mais voltada para os esquemas do que para a realidade”, ao falar do tipo de estudos realizados sobre as síndromes do hemisfério esquerdo.¹⁴ É em noções como as de *falante-ouvinte ideal*, *cérebro médio* e *processamento normal* que a Neuropsicologia busca suporte para suas teorias. Nesses modelos, reflete-se a concepção de língua como um sistema estático, fechado. Não há neles espaço para a variação individual, não há movimento, não há dinamismo, não há *sujeito*. Para Sacks (1997), nos estudos das neurociências, deve ser central a questão da relação do sujeito com sua doença, o caráter pessoal de um caso, pois:

uma doença nunca é uma simples perda ou excesso; existe sempre uma reação, por parte do organismo ou indivíduo afetado, para restaurar, substituir, compensar e preservar sua identidade, por mais estranhos que possam ser os meios; e estudar ou influenciar esses meios, tanto quanto o dano primário ao sistema nervoso, é uma parte essencial de nosso papel [...]. (p. 18)

A relação do sujeito com a sua afasia é um dos fatores que podem nos ajudar a compreender muitas das variações observadas nos estudos da linguagem nas patologias. Essa relação é desprezada pela maioria dos estudos tradicionais que visam à objetividade e, para isso, subtraem justamente o *sujeito*.

As análises dos dados de sujeitos com afasias, orientadas pela Neurolinguística enunciativo-discursiva (COUDRY, 1986/1988; NOVAES-PINTO, 1999; 2002; 2007a; 2007b; 2008; 2009)¹⁵ nos levam, antes de mais nada, a observar o que está presente nos enunciados do sujeito e não apenas aquilo que foi omitido; visam a explicar os fenômenos afasiológicos de acordo com as alterações linguísticas mais predominantes (comprometimento dos diferentes níveis linguísticos), sem recorrer à semiologia clássica ou re-significando os termos cristalizados.

Em vez de nos centrarmos na análise de palavras isoladas e de sentenças (ou de orações), centramo-nos na análise do *enunciado*, tal qual definido por Bakhtin (1929/1997), como a *unidade real da comunicação*, e nos processos dialógicos, a fim de avaliar a linguagem em funcionamento. Dados que seriam descartados das teorias tradicionais, por se caracterizarem como variações individuais, passam a ser valorizados e incorporados às análises, já que dados singulares podem revelar indícios de processos mais gerais (ABAURRE, 1996).

¹³ Sacks (1997), na Introdução de seu livro *The man who mistook his wife for a hat and other clinical tales*, cuja primeira edição data de 1970.

¹⁴ Mecacci (1984) também critica a ciência que só estuda um cérebro médio, de representantes das culturas ocidentais, centradas na escrita; “um cérebro que, na realidade, não existe”.

¹⁵ Os estudos orientados por uma visão discursiva (COUDRY, 1986/1988) normalmente referem-se também ao quadro neurológico e neuropsicológico/neurolinguístico, uma vez que o sítio e extensão da lesão são importantes para a compreensão do caso e da afasia. Entretanto, a relação entre a lesão e os sintomas não é direta e o que está em foco é a descrição da língua(gem) do afásico e seus processos alternativos de significação.

Segundo Abaurre (1996), adotar uma atitude de perplexidade frente aos dados, muitas vezes idiossincráticos e misteriosos, pode levar o linguista a questionar seus próprios pressupostos teóricos. Esses dados, afirma a autora, podem constituir-se em fonte de renovação epistemológica para a própria teoria linguística. Essa renovação se faz premente, uma vez que os parâmetros utilizados para a descrição e análise dos fenômenos afasiológicos têm envolvido uma concepção normativa de cérebro, linguagem e processamento, sendo qualquer diferença tratada como patológica.

Abaurre (1996, p. 158) aponta um caminho para as contribuições que as diversas áreas podem trazer à compreensão da natureza da linguagem e da constituição dos sujeitos:

Creio que um diálogo honesto entre teorias e pesquisas mais voltadas para os aspectos gerais e universais e aquelas mais voltadas para a busca da significação dos detalhes e episódios singulares só pode contribuir para uma melhor compreensão da linguagem e de seus sujeitos. Talvez não seja utópico imaginar um universo acadêmico mais humano e menos competitivo, onde seja possível sonhar com um diálogo verdadeiro entre várias disciplinas e com uma visão complementar de teorias e pesquisas.

Assumindo-se, assim, essa discussão, retomo, para essa reflexão, a questão da relevância que Bakhtin (2010) atribui ao ato de *pensar*, bem como a de *agir* eticamente, responsabilmente, e também Sobral (2005, p. 117), quando afirma que

se o objeto revela algo que o pesquisador julga inaceitável ou coisa dessa natureza, é ética a atitude de reconhecê-lo. [...] Por outro lado, não age eticamente o pesquisador que, ao elaborar seu texto de pesquisa, escamoteia as hipóteses refutadas ou as elimina cuidadosamente para manter seu arcabouço teórico ou de outra natureza.

O conhecimento multidisciplinar que caracteriza a neurolinguística nos permite desenvolver um *excedente de visão* (cf. BAKHTIN, 1929/1997) com relação aos fenômenos patológicos que comprometem a linguagem, o que por sua vez torna possível auxiliar os sujeitos na (re)organização da linguagem e de outras funções cognitivas, buscando superar suas dificuldades e limites, contribuindo para que possam reagir frente ao preconceito linguístico e social do qual são vítimas.

As análises qualitativas podem revelar aspectos dos *processos* envolvidos, como defendido por Vygotsky. Freitas (1997) afirma que Vygotsky e Bakhtin são autores que romperam com a positividade das ciências de seu tempo, inaugurando uma forma de fazer ciência, onde tem lugar o ético, o estético e o afetivo. Esses autores não se detêm em uma forma monológica de ciência que contempla os objetos mudos. Segundo Freitas:

Eles vão mais além numa proposta dialógica de ciência, em que o que se quer obter é compreensão. O homem não pode ser explicado como fenômeno físico, como coisa, mas sendo pessoa, tem que ser compreendido em suas ações. Uma compreensão ativa que propõe o encontro de dois sujeitos, que tendo voz se encontram no diálogo. O objeto das ciências humanas é o ser expressivo e falante. Este ser jamais coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e importância [...]. (1997, p. 316)

Considerar essas questões implica uma mudança substancial com relação aos procedimentos metodológicos de avaliação e de acompanhamento terapêutico na reconstrução dos processos de significação pelos sujeitos afásicos – o que por sua vez

contribui para uma teorização baseada em princípios novos, que valoriza outras formas de razão científica; nas palavras de Faraco (2009, p. 37), “estabelecer, num mundo dominado pelo pensamento científico, um espaço para outra racionalidade”. Trata-se, portanto, de uma escolha e, como tal, devem ser consideradas todas as implicações que derivam de nosso ato, pois, segundo Bakhtin (2010), por ele devemos responder *sem álibi*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, B. Os estudos linguísticos e a aquisição da escrita. In: CASTRO, M. F. (Org.) *O Método e o Dado no Estudo da Linguagem*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. p. 111-163.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. Tradução feita a partir da versão em francês por PEREIRA, M. E. G. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-326.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2010.

CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1995.

CORRÊA, M. Dificuldades e potencialidades do uso do método experimental no estudo da aquisição da linguagem. In: CASTRO, M.F. (Org.) *O Método e o Dado no Estudo da Linguagem*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. p. 31-53.

COUDRY, M. I. H. *Diário de Narciso - discurso e afasia*. Campinas, São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DAMÁSIO, A. What a difference a decade makes. *Current Opinion in Neurology*, Iowa, U.S.A: Rapid Science Publishers, v. 20, p. 177-178, 1997.

DE LEMOS, C. *Texto de capa*. In: CASTRO, M. F. (Org.). *O Método e o Dado no Estudo da Linguagem*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo: As idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FREITAS, M.T. *Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e Educação: um intertexto*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasias. In: _____. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1954. p. 34-62.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LURIA, A. *Neuropsychological studies in aphasia*. Amsterdam: Sweets & Zeitlinger B. V., 1977.

MECACCI, L. *Conhecendo o cérebro*. São Paulo: Nobel Instituto Italiano di Cultura di São Paulo, 1984.

NOVAES-PINTO, R. Acesso lexical: discussão crítica sobre as pesquisas nas neurociências contemporâneas. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 38, v. 2, p. 271-284, 2009.

- _____. Preconceito linguístico e exclusão social nas chamadas patologias de linguagem. *Acesso do Averso: Revista de Educação*. FAC-Araçatuba, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 8-36, 2008.
- _____. Avaliação de compreensão de linguagem: análises de dados obtidos em baterias de testes neuropsicológicos *versus* análise de episódios dialógicos. *Veredas*. Juiz de Fora, v. 10, p. 1-12, 2007a.
- _____. Análise linguística de dados obtidos em avaliações metalinguísticas de sujeitos com suspeita de demências. *Revista Estudos Linguísticos*, Araraquara, n. 36, v. 2, p. 311-318, 2007b.
- _____. Contribuição de Conceitos Bakhtinianos para a Análise de Dados nas diferentes formas de afasias. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 32, v. único, 2003. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/acomunic.htm>. Acesso em: 10 mai. 2011.
- _____. *A contribuição do estudo discursivo para uma análise crítica das categorias clínicas*. 1999. Tese. (Doutorado em Linguística. Área de Concentração: Neurolinguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____; SANTANA, A. P. A semiologia das afasias. In: MANCOPE, R.; SANTANA, A.P. (Orgs.). *Perspectivas na clínica das afasias: o sujeito e o discurso*. São Paulo: Editora Santos, p. 18-40, 2009a.
- _____. Semiologia das afasias: uma discussão crítica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, n. 22, v. 3, p. 413-421, 2009b.
- PERRONI, M. C. O que é dado em aquisição de linguagem? In: CASTRO, M. F. (Org.) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 15-29.
- SACKS, O. *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SOBRAL, A. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 103-122.
- VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.